

## Conselho pode votar processo na quarta

João Alberto convoca senadores para examinar na próxima semana o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar resultante da representação da Mesa contra Suassuna



José Cruz

**N**ove dos 15 integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar já confirmaram presença na reunião de quarta-feira, em que o colegiado deverá examinar o processo disciplinar resultante de representação da Mesa do Senado contra o senador Ney Suassuna. A informação foi transmitida pelo presidente do conselho, João Alberto. Mas o processo só será votado se não houver pedido de vista. **Página 3**

João Alberto (D) prevê um desfecho rápido para o processo que está sendo relatado por Jefferson Péres e lembra que a decisão final caberá ao Plenário do Senado

Sibá propõe acordo nacional para o país crescer e distribuir renda **Página 5**

Paim elogia pacote, mas vê risco no uso do FGTS em obras **Página 5**

Para José Jorge, Lula usa governo e estatal em busca de voto **Página 7**

## Mulheres e jovens são a maioria dos eleitores brasileiros



Guilherme Filho/Secom/MT

As mulheres e os jovens constituem a maioria dos eleitores aptos a votar em 1º de outubro. Na comparação com as eleições de 2002, o número de eleitoras aumentou quase um ponto percentual. **Página 2**



Waldemir Rodrigues

Em mais de 380 mil seções no país, o eleitorado escolherá seus representantes

Em 1º de outubro, os eleitores vão renovar um terço dos 81 senadores

Segundo informa o Tribunal Superior Eleitoral, 51,53% dos eleitores são do sexo feminino, enquanto 23,96% do total de votantes têm entre 25 e 34 anos

## Mulheres e jovens destacam-se no perfil do eleitorado em 2006

Mulheres e jovens sobressaem no perfil do eleitorado brasileiro para o pleito marcado para o dia 1º de outubro, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dos 125.913.479 eleitores aptos a votar este ano, 64.882.283 são do sexo feminino, o equivalente a 51,53% do total. A legião de jovens eleitores encontra-se, em grande parte, na faixa dos 25 aos 34 anos de idade e representa 23,96% do eleitorado (30.172.037 votantes).

Na comparação com as eleições gerais de 2002, registrou-se um aumento de quase um ponto percentual no número de eleitoras. As mulheres lideram em todas as faixas etárias do eleitorado, situando-se 4.829.813 entre 18 e 20 anos; 15.425.021 entre 25 e 34 anos; 13.128.745 entre 35 e 44 anos e 13.899.364 entre 45 e 59 anos. A história se repete entre os eleitores de 16 e 17 anos e de 70 a 79 anos, para quem o voto não é obrigatório. No primeiro caso, o número de eleitoras chega a 1.564.697. No segundo, são 2.954.133 mulheres a compor o eleitorado idoso.

### Escolaridade

O grau de escolaridade do eleitorado brasileiro também melhorou de 2002 para cá. Além da redução no número de eleitores que informaram saber apenas ler e escrever – que caiu de 22,6 milhões para 21,3 milhões (correspondem a 16,92% do eleitorado) –, aqueles que se declararam analfabetos no momento do alistamento eleitoral passaram de 8,34 milhões para 8,27 milhões

(compõem 6,57% do eleitorado). Já os votantes com curso superior completo e incompleto somam 7,11 milhões, o equivalente a 5,65% do eleitorado.

Embora os eleitores com primeiro grau incompleto continuem liderando esse indicador – são quase 43,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 34,77% do total –, registrou-se uma queda no percentual de eleitores com primeiro grau completo (passou de 8,15% para 7,88% entre 2002 e 2006), acompanhada de um crescimento significativo no universo de votantes com segundo grau incompleto (subiu de 13,99% para 16,88% no período) e com segundo grau completo (de 9,85% para 11,18%).

Levantamento do TSE sobre o grau de escolaridade também demonstra a liderança feminina nos níveis de instrução mais elevados. As mulheres representam 58,27% dos eleitores com segundo grau completo e ultrapassam os homens entre os votantes com curso superior completo e incom-

pleto (são cerca de 3,8 milhões de mulheres contra 3,2 milhões de homens). Os homens assumem a dianteira entre os eleitores que se declararam analfabetos funcionais (apenas lêem e escrevem) e têm primeiro grau incompleto.

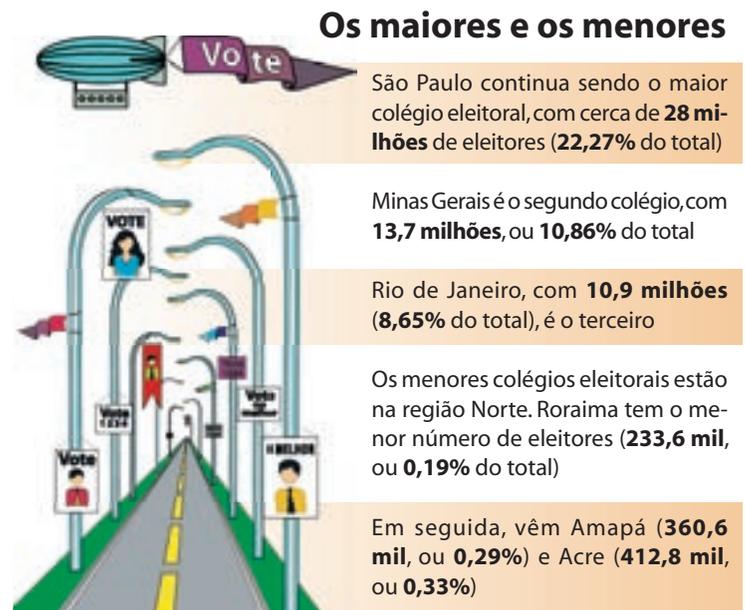
### Distribuição do eleitorado

As eleições de 2006 deverão contar com o suporte de 3.073 zonas eleitorais e 380.945 seções eleitorais, distribuídas nos 5.565 municípios brasileiros e em 93 países. Os 86.360 eleitores que residem no exterior votarão apenas para presidente da República.

O maior colégio eleitoral do país continua a ser o estado de São Paulo, com cerca de 28 milhões de eleitores (22,27% do total), seguido por Minas Gerais (13,7 milhões – 10,86% do total) e Rio de Janeiro (10,9 milhões – 8,65% do total). Os menores colégios eleitorais estão na região Norte, sobressaindo Roraima pelo menor número de eleitores (233,6 mil – 0,19% do total), seguido por Amapá (360,6 mil – 0,29%) e Acre (412,8 mil – 0,33%).



Eleitor poderá votar em mais de 380 mil seções distribuídas por todo o país



## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário: discursos e avisos

Não estão previstas votações na sessão de hoje, marcada para as 14h. O encontro destina-se a pronunciamentos de parlamentares, avisos e comunicações da Mesa diretora ou das lideranças partidárias. As votações devem ser retomadas após o pleito de 1º de outubro.

### Patriarca da Independência é tema de mostra

Até o dia 17, o público pode visitar a exposição *José Bonifácio, Uma Vida em Documentos*, em cartaz no Salão Negro. A mostra traz 14 painéis sobre o Patriarca da Independência. Os eventos fazem parte do projeto Os Construtores do Brasil, da Câmara dos Deputados, que monta uma galeria de 22 personalidades fundamentais no processo histórico da formação da nação brasileira.

### Estréia na TV Senado

A TV Senado estréia neste sábado, às 11h30, o programa *Salão Nobre*. A atração apresenta a vida e a obra das principais personalidades do país. Nesta edição, o convidado é o ministro do Supremo Tribunal Federal José Paulo Sepúlveda Pertence.

### Indicações Bertha Lutz

As entidades, governamentais ou não-governamentais, já podem enviar ao Senado suas indicações para o prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que o Plenário da Casa oferece anualmente àquelas que se destacaram na luta pelo direito das mulheres.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marco Maciel, Romeu Tuma e Sibá Machado

Envolvidos nas denúncias contra Serys Slhessarenko e Magno Malta serão ouvidos na próxima semana, além de Darci Vedoin, que foi convocado para acareação

Roosevelt Pinheiro



Denúncia contra Antero não deve ir ao conselho, segundo sub-relator

## Gabeira: acusação contra Antero é inconsistente

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), um dos sub-relatores da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas, enviou ontem ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) mensagem via correio eletrônico isentando o parlamentar de Mato Grosso de envolvimento com a máfia das ambulâncias. Antero havia sido acusado de participar do esquema por Luiz Antônio Vedoin, um dos sócios da Planam. A seguir, a íntegra do e-mail enviado por Fernando Gabeira, cuja cópia foi encaminhada à Agência Senado pela assessoria de Antero: "Ao senador Antero Paes de Barros. Designado pela CPMI da compra de ambulâncias [CPI dos Sanguessugas] para produzir um relatório preliminar sobre as acusações feitas contra v. ex<sup>a</sup>, pelo sr. Luiz Antônio Vedoin, concluí que elas são inconsistentes. Diante dessa conclusão, baseada nos fatos revelados até agora, recomendarei que seu caso não seja enviado ao Conselho de Ética do Senado. O relatório será apresentado no dia 4 de outubro, na reunião da CPMI. Nesse dia, vou avaliar também o impacto que uma simples empresa como a Planam teve na política de Mato Grosso, comprometendo quase toda uma geração de homens públicos do estado".

# Processo sobre Suassuna será votado quarta

Foi confirmada para a próxima quarta-feira, às 10h, a votação do relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Em entrevista ontem à Agência Senado, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), afirmou que está entrando em contato pessoalmente com cada um dos integrantes do colegiado e que já conseguiu garantir a presença, na reunião, de nove dos 15 integrantes do conselho. O quórum exigido é de oito senadores.

– Já tenho nove nomes confirmados. Mas a votação do parecer não depende só de número para deliberar, pois, se houver pedido de vista, ele poderá ser concedido por um período que pode variar de 48 horas a sete dias – afirmou João Alberto.

Na opinião do parlamentar, não deve, entretanto, haver pedido de vista, pois há um entendimento geral em favor da finalização desse caso. O presidente do conselho esclareceu ainda que, após a votação do relatório, seja ele pela aplicação de medida disciplinar ou pelo arquivamento do processo, o resultado será encaminhado à Mesa diretora para deliberação do Plenário.

– O Plenário pode manter a decisão do conselho, mas pode também mandar fazer novos estudos e alterar o parecer, como já ocorreu em outros casos – lembrou.

Ney Suassuna está sendo investigado pelo Conselho de Ética porque foi um dos três senadores



Após votação do relatório de Jefferson Péres (à direita, cumprimentando Suassuna), decisão do Conselho de Ética será examinada em Plenário

citados no relatório parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas por haver indícios ou provas de sua participação na chamada máfia das ambulâncias. O esquema de fraudes foi criado com o objetivo de utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias destinadas a municípios com preços superfaturados. Os outros dois citados são o senador Magno Malta (PL-ES) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

### Depoimentos

Na terça-feira, ainda sem horário determinado, o senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra Serys, ouviu os funcionários do gabinete da senadora. Já para a quarta-feira, além da votação do relatório sobre o processo de Suassuna, o Conselho de Ética agendou uma série de depoimentos a partir do meio-dia, todos ligados ao caso

de Magno Malta.

Contra o senador pelo Espírito Santo pesam depoimentos da família Vedoin, dona da Planam, empresa acusada de ser a organizadora da máfia das ambulâncias, que alega ter dado a Magno Malta um veículo como parte de pagamento de propina para a apresentação e liberação de emendas ao Orçamento, destinadas a beneficiar os proprietários da empresa. Malta se defende das acusações afirmando que o Fiat Ducato teria sido um empréstimo pessoal do deputado federal Lino Rossi (PP-MT), que também está sendo investigado pela CPI dos Sanguessugas.

Na quarta-feira ainda serão ouvidos dois ex-proprietários da van que teria pertencido a Lino Rossi: Valdir Agostinho Piran e Wylerson Moreira da Costa. Também está previsto o depoimento da esposa de Lino Rossi, Querli Bastistello. Em seguida às

oitivas, está agendada uma acareação entre Darci José Vedoin e o chefe de gabinete de Magno Malta, Hazencleber Lopes Caçado. Darci, um dos sócios da Planam, teria afirmado, em depoimentos, que se encontrou com Hazencleber no gabinete de Malta para tratar de emendas ao Orçamento, mas o funcionário do senador nega.

O empresário já havia sido convidado para uma outra acareação no Conselho de Ética na última terça-feira, mas alegou problemas de saúde para não comparecer. Em entrevista à imprensa, o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo contra Malta, afirmou que, se Darci Vedoin não comparecer à próxima acareação, a solução será convocá-lo oficialmente, por meio da comissão parlamentar de inquérito, que tem poder de polícia, prerrogativa que o Conselho de Ética não tem.

## Corregedor encaminha documentos ao Conselho de Ética

O corregedor do Senado Federal, Romeu Tuma (PFL-SP), entregou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa toda a documentação referente às apurações realizadas para instruir os processos de quebra de decoro parlamentar contra os três senadores citados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas. Esses documentos, informou Romeu Tuma, incluem dados fornecidos pela Justiça Federal de Cuiabá e pelo delegado que presidiu o inquérito sobre a máfia das ambulâncias, além de alguns depoimentos colhidos pelo próprio corregedor.

Apesar de a maioria desses documentos já se encontrar em poder do Conselho de

Ética, como explicou Tuma, o senador avalia que os depoimentos colhidos posteriormente por ele são importantes para orientar os relatores na definição da responsabilidade ou não de cada um dos senadores que enfrentam processo disciplinar por quebra de decoro – Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko.

– Encaminhei ao Conselho de Ética para que cada fato relativo a cada um dos senadores acusados seja analisado pelos seus relatores – explicou o parlamentar.

O corregedor lembrou ainda que o conselho está avaliando a conduta ética dos parlamentares e que, no seu entendimento, a apuração de crimes é papel da Polícia Federal e do Judiciário.

Célio Azevedo



Colegiado avalia a conduta ética dos parlamentares, sendo papel da Polícia Federal apurar crimes, observa Tuma

Aviso da Polícia Federal a presidente de outro Poder sobre mandado de busca é uma praxe dentro de um Estado democrático, afirma o advogado-geral da Casa

## Senado representará contra procurador que sugeriu vazamento de informação

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, anunciou ontem que vai encaminhar uma representação ao Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador da República Luciano Rolim, por entender que ele extrapolou, em entrevista concedida à Rede Globo, as competências do cargo. O conselho foi criado na recente reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45) para, entre outras atribuições, coibir ações abusivas dos membros e órgãos do Ministério Público (MP).

Para Cascais, o procurador sugeriu, sem provas, ao falar em entrevista sobre a investigação da Polícia Federal (PF) conhecida como Operação Mão-de-Obra, que o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, teria sido beneficiado por um suposto vazamento de informações sobre o mandado de busca e apreensão na Casa.

– Não é papel de membro do Ministério Público apresentar denúncias baseado em suposições – disse, ressaltando que não há nenhum indiciamen-



Cascais: “Todos os documentos constantes no mandado foram entregues”

to contra o diretor-geral do Senado.

De acordo com o advogado-geral, o que foi classificado pelo procurador como “um vazamento de informações” trata-se de uma praxe dentro de um Estado democrático de direito, em que as instituições da República não devem ser invadidas, como ocorria à época da ditadura militar. O aviso sobre a existência do mandado de busca e apreensão foi feito, de acordo com Cascais, pela Polícia Federal na madrugada do dia 26 de julho ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que solicitou ao diretor-geral que

desse acesso aos agentes às dependências da Casa.

Ainda de acordo com o Cascais, Agaciel nada sabia sobre o teor do mandado, tendo tomado conhecimento da existência do documento cerca de seis horas antes de seu cumprimento. Era sigilosa, segundo Cascais, a informação de quais gabinetes, entre as centenas de salas que existem no órgão, seriam alvo da busca. Acrescentou ainda que o diretor-geral chegou à Casa depois dos policiais, o que inviabilizaria qualquer mudança nos documentos apreendidos pela PF.

Cascais ressaltou que os contratos de licitação que estão sob investigação do Ministério Público não são da competência da Diretoria Geral, mas da Primeira Secretária.

– Foram entregues à Polícia Federal todos os documentos constantes no mandado – garantiu o advogado.

Ele disse ainda que o Senado deverá interpor ação civil pública por danos morais, em nome do diretor-geral, além de uma interpelação judicial para averiguar os termos da investigação.

## Aviso sobre diligência em outro Poder é praxe, diz Tuma

O corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou ontem que é de praxe a Polícia Federal comunicar previamente ao presidente de outro Poder sobre realização de diligências. Na opinião de Tuma, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao informar o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, sobre a vinda da Polícia Federal, para que este providenciasse o acesso dos policiais às dependências da Casa, não agiu com a intenção de ocultar dados durante a operação de busca e apreensão.

– Tenho a certeza de que o presidente não agiu de má-fé, para ocultar alguma coisa. Essa investigação já era do conhecimento desta Casa há mais tempo. Não foi na diligência que se tomou conhecimento disso – salientou o corregedor.

Tuma informou que o chefe do Poder Legislativo foi avisado de que ocorreria uma diligência em alguns setores do Senado, a pedido do Ministério Público e com autorização judicial. E, acrescentou, o delegado que realizou a diligência, acompanhado por membros da segurança da Casa, fez as apreensões que conside-



Corregedor do Senado, Tuma é contra a terceirização e defende contratações por concurso público

rou necessárias.

– Avisar que será feita diligência é uma prática eticamente correta porque diz respeito a outro Poder. O presidente é que deve ter a dimensão de como deve se comportar diante do fato apresentado a ele – observou.

Conforme salientou Tuma, a operação realizada pela Polícia Federal é destinada a investigar empresas terceirizadas que atuam no Senado, a fim de verificar uma possível res-

ponsabilidade de servidor em eventuais vantagens que essas empresas poderiam estar recebendo. Para evitar que problemas como esse se repitam, o corregedor propõe que o ingresso no serviço público seja feito apenas por concurso.

– A prática da terceirização tem de acabar. O concurso público é o melhor caminho para exigir responsabilidade do funcionário público – argumentou.

## Polícia Federal divulga nota sobre execução da operação

O Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça distribuiu ontem nota à imprensa com esclarecimentos sobre a execução da Operação Mão-de-Obra, que investigou fraudes em licitações públicas, nas dependências do Senado Federal.

A seguir, a íntegra do comunicado:

### Nota à imprensa

Em função da divulgação de informações equivocadas sobre a execução da Operação Mão-de-Obra, o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça esclarece que:

1. As investigações da Operação Mão-de-Obra resultaram no indiciamento, por parte da Polícia Federal (PF), de 19 pessoas sob acusação de envolvimento em fraudes em licitações públicas. O Ministério Público (MP) apresentou denúncia à Justiça contra 18 pessoas com base no inquérito conduzido pela PF.
2. Respeitando a independência do Poder Legislativo federal e a conseqüente autoridade da Polícia Legislativa sobre o espaço físico do Senado Federal, a PF comunicou à Presidência do órgão a imediata realização de diligências na Casa legislativa, dia 26 de julho de 2006. O procedimento foi considerado necessário para afastar qualquer risco de “enfrentamento ou resistência por parte da Polícia Legislativa, além de preservar o bom relacionamento entre as instituições”, conforme Memorando 682/06, de 1º de setembro, enviado à Procuradoria da República no Distrito Federal.
3. A PF repudia a indevida acusação de vazamento de informações sobre a Operação Mão-de-Obra relacionada à comunicação à Presidência do Senado. O DPF esclarece que a comunicação deu-se poucas horas antes da operação para autoridade que não era investigada e que também tinha o dever do sigilo. Para a preservação da investigação, não foi dado conhecimento sobre alvos, termos da investigação ou salas onde ocorreriam buscas. Todos os resultados da ação policial foram alcançados, considerando que o MP ofereceu pronta denúncia, sem solicitar qualquer complementação das diligências.
4. Ainda assim, para afastar qualquer dúvida sobre a sua conduta nas operações policiais e para a manutenção da transparência dos seus atos, o DPF informa que está determinando abertura de apuração interna sobre o episódio.
5. O trabalho integrado da Polícia Federal e do Ministério Público tem apresentado resultados efetivos no combate ao crime organizado e à corrupção, que só demonstram a relevância do esforço conjunto para a sociedade brasileira. Portanto, a Polícia Federal entende que a inadequada postura contra a instituição policial, numa operação de êxito comprovado, destoia da atuação respeitosa e harmônica que vem norteando o relacionamento entre instituições da República, como o Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Legislativo.

## Paim elogia pacote habitacional, mas teme uso do FGTS em obras

Embora tenha elogiado o recém-anunciado pacote de medidas do governo na área habitacional, o senador Paulo Paim (PT-RS) condenou a edição de resolução que possibilitaria o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em grandes obras de infra-estrutura no país. Na sua opinião, devem ser mantidas as regras originais para resgate do fundo, possível apenas em caso de demissão do trabalhador e para a aquisição da casa própria.

– Os quase R\$ 176 bilhões do FGTS devem ser usados para a construção de moradias para trabalhadores de baixa renda e da classe média – defendeu.

Em relação ao pacote habitacional – que permite a substituição da Taxa Referencial (TR) por outro índice de reajuste e o desconto da prestação direto na folha de pagamento –, Paim acredita que irá estimular a concorrência bancária, trazendo, assim, vantagens para o mutuário.

Em aparte, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que toda medida em prol da construção civil é benéfica, mas ponderou que a adoção de prestações fixas – também prevista



**Paim: dinheiro do FGTS deve ser usado em moradia para o trabalhador**

– pode trazer mais prejuízos que vantagens ao cidadão.

Ainda sobre os bancos, Paim reclamou do que considera excessos praticados contra clientes, como a chamada “venda casada” (vincular a venda de um produto à de outro) e a cobrança de taxas abusivas. O parlamentar também se disse preocupado com abusos cometidos pelos planos de saúde no reajuste de contratos de usuários idosos. Como esses aumentos estariam desrespeitando o Estatuto do Idoso, que proíbe a fixação de reajuste discriminado por idade, Paim decidiu apresentar emenda ao estatuto para punir as empresas que descumprirem esse dispositivo.

Exemplo do Chile, cujos partidos se comprometeram com metas rumo ao crescimento sustentado, é lembrado pelo senador para reforçar a idéia do entendimento

## Sibá pede acordo para o país crescer e distribuir renda

O programa de metas e objetivos fixados para até 2022 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) poderia dar ao Brasil crescimento econômico mais elevado, com distribuição de renda. O ponto de vista foi defendido ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Sibá Machado (PT-AC). O conselho, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é integrado por representantes de várias instituições da sociedade.

Sibá entende que os partidos políticos deveriam concordar com o programa, o que daria garantia aos empresários, “ponto fundamental para que invistam maciçamente”. Lembrou que os partidos políticos do Chile se comprometeram, duas décadas atrás, com metas e objetivos que levaram aquele país ao



**Conforme Sibá, apoio dos partidos ao programa estimularia investimentos**

crescimento sustentado – processo que ficou conhecido por “Concertación de partidos por la democracia”.

O documento do CDES prevê a implantação de uma política que permita ao Brasil crescer em média 6% ao ano nos próximos 16 anos, com redução da dívida

pública dos atuais 50% do PIB para 39%. A taxa de juros cairia para 3% ao ano a partir de 2010. O salário mínimo teria nesse período um aumento real de 150%, ao mesmo tempo em que subiriam os gastos com saúde, educação, ciência e tecnologia. Com o crescimento e a queda de juros, o país poderia destinar a projetos sociais e de infra-estrutura cerca de R\$ 180 bilhões por ano.

Sibá Machado afirmou que a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos previu recentemente que Brasil, China, Índia e Rússia poderão “liderar uma nova fase da globalização” nas próximas décadas. No caso brasileiro, destacou, a CIA recomendou políticas de redução das desigualdades e investimentos em ciência e tecnologia.

## Medidas têm objetivo de estimular a construção civil

Veja a seguir resumo, com base em informações do Ministério da Fazenda, do pacote de medidas para facilitar a compra e a construção da casa própria.

### 1. Financiamento imobiliário com taxas prefixadas (TR facultativa)

Essa regra será implementada por medida provisória. Pelas normas atuais, as operações nesse sistema só podem ser realizadas com a utilização da TR, acrescida de, no máximo, 12% ao ano.

### 2. Crédito consignado para financiamento de moradia

A medida será implementada por meio da alteração no Decreto 4.840/03, que regulamenta esse tipo de operação.

### 3. Portal do crédito imobiliário

A proposta, ainda em fase de formatação, é a de criar um sistema interativo de informações do interesse do mutuário e dos agentes de crédito.

### 4. Setor de construção civil na Lei Geral das Micro e Pe-

### quenas Empresas

Trata-se de uma reivindicação antiga do setor, que deverá contribuir para a redução da informalidade, que tem sido diagnosticada como um dos entraves ao crescimento e desenvolvimento do mercado imobiliário no Brasil.

### 5. Linha da Caixa Econômica Federal para financiamento da produção imobiliária

Essa linha visa financiar até 85% do custo da obra, com adequação do crédito às especificidades de cada operação e de cada empresa, respeitando-se, inclusive, os aspectos regionais.

### 6. Investimentos em moradia para empregados

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passará a financiar a construção de moradias para empregados das empresas que tomarem recursos do banco. Atualmente, o BNDES não financia a construção de imóveis.

## Cavalcanti comemora dotação orçamentária para a Paraíba

A dotação orçamentária prevista pelo Ministério do Planejamento para a Paraíba em 2007 recebeu apoio do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Ele informou que o estado receberá recursos federais de R\$ 1,02 bilhão, dos quais R\$ 688 milhões serão utilizados em custeio e R\$ 333 milhões em investimentos.

A área da saúde, conforme o senador, teve prioridade e vai receber, em investimentos, R\$ 39 milhões, que equivalem a 11,7% do total. Para custeio, serão aplicados no setor R\$ 568 milhões, representando 82,5% do alocado para o estado.

– Os programas em andamento serão mantidos, e os gastos, reforçados. Uma boa notícia, dada a grave situação em que se encontra

a rede hospitalar – afirmou.

Cavalcanti assinalou a atenção dada aos transportes, com recursos de R\$ 269 milhões, que representa 80,7% dos investimentos previstos para a Paraíba em 2007. As obras contempladas, segundo informou, são a adequação de trechos rodoviários na BR-101, na divisa entre a Paraíba e os estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, e na BR-230, que liga os municípios de João Pessoa e Campina Grande, além de restauração e conservação de rodovias federais.

Outro setor beneficiado, destacou, é o da educação, com gastos totais previstos de R\$ 101 milhões. Para investimento, serão alocados R\$ 14,3 milhões, destinados à expansão do ensino superior em



**Cavalcanti quer a Paraíba no próximo leilão para exploração de petróleo**

diversos municípios, particularmente em Cuité (PB); melhorias nas instalações físicas de instituições federais de ensino superior; e apoio à educação básica e profissional, entre outros programas. Cavalcanti também defendeu a reinclusão da Paraíba no próximo leilão da Agência Nacional do Petróleo para áreas de exploração destinadas à iniciativa privada.



Projeto que impede candidatura de processados por crime contra a administração pública e PEC que obriga a aplicação de parte da receita tributária em segurança estão na CCJ

## Proposta de Jefferson fortalece combate à reeleição de corruptos

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relator, projeto que altera a Lei Complementar 64/90 – a chamada Lei das Inelegibilidades – impedindo a candidatura a cargo eletivo de quem tenha sido condenado ou respondido a ação penal por crime contra a administração pública, enquanto não for penalmente reabilitado ou absolvido.

De autoria de Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto (PLS Complementar 261/06) tem por objetivo ampliar o elenco de determinações que impedem brasileiros de se candidatarem. Pela atual legislação, são impedidos de concorrer a cargo eletivo, entre outros, os condenados – com sentença transitada em julgado – pela prática de crime



Para garantir a legitimidade das eleições é preciso proteger a probidade administrativa, diz Jefferson

contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público. Segundo o senador, isso abre brecha para que os processados por crime contra a administração pública

fiquem imunes à lei.

– É um absurdo. Fico estarecido com a possibilidade de inúmeros parlamentares serem reeleitos nas eleições de outubro, apesar de estarem claramente envolvidos com corrupção e com desvio de dinheiro público. É necessário garantir a legitimidade das eleições, protegendo a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato

– salientou Jefferson Péres.

Segundo ele, o pior é que a Justiça Eleitoral não possui hoje nenhum embasamento legal para agir, no intuito de impedir tais candidaturas.

## CCJ deverá decidir sobre PEC que amplia recursos para a segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar ainda em 2006 proposta de emenda à Constituição que prevê a ampliação, pelos próximos cinco anos, dos recursos aplicados em segurança pública.

De autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, a iniciativa (PEC 60/05) consagra como princípio constitucional a aplicação em serviços de segurança de um mínimo da receita resultante dos impostos cobrados no país.

Hoje, o texto constitucional assegura a aplicação desse mínimo da receita de impostos na manutenção do ensino e nos serviços públicos de saúde. Se aprovada a proposta de Renan, os percentuais mínimos a serem aplicados em segurança serão de 15%, pela União; 7%, pelos estados; 5%, pelo Distrito Federal; e 1%, pelos municípios.

Em defesa da iniciativa, o senador diz que seu propósito é contribuir para melhorar urgentemente a precária situação da segurança pública no Brasil. A PEC – que tramita em conjunto com proposta sobre o mesmo assunto de autoria de Romeu Tuma

(PFL-SP) – foi submetida, em maio último, a pedido coletivo de vista pelos integrantes da CCJ, em razão da crescente preocupação com a criminalidade.

Na justificativa, Renan reconhece que o simples aumento dos recursos para ações de policiamento não é suficiente para enfrentar a violência, visto que, em sua opinião, o agravamento da criminalidade deve-se muito mais à atual concepção de segurança pública e à dimensão da crise social enfrentada pelo Brasil. Na avaliação do parlamentar, a garantia de segurança aos cidadãos é hoje um dos grandes desafios para o governo e a sociedade.

“E para o enfrentamento desse desafio são necessárias profundas mudanças nas políticas de segurança pública, capazes de envolver não só a modernização dos órgãos policiais, no âmbito da União e dos estados, mas, principalmente, uma maior participação dos governos municipais e da sociedade civil”, defende.

Renan Calheiros considera urgente, contudo, destinar recursos adicionais para melhor estruturar e modernizar os organismos



Renan: redução da violência é um grande desafio para o governo e a sociedade

estatais, assim como estimular e apoiar iniciativas de caráter preventivo para defender a sociedade contra o crime.

Quanto à fixação do prazo de cinco anos para a aplicação desses recursos, Renan lembra que essa medida permitirá averiguar os efeitos da aplicação da emenda e ajustar a vinculação dos recursos às novas necessidades.

A PEC também determina que o Poder Executivo promoverá, no prazo de um ano, a partir da vigência da emenda, os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento dos cronogramas de desembolso dos contratos de financiamentos externos em execução para a área de segurança pública, de forma a não prejudicar o desenvolvimento das ações em andamento.

## Raupp quer abrir mercado de vôos domésticos a empresas estrangeiras

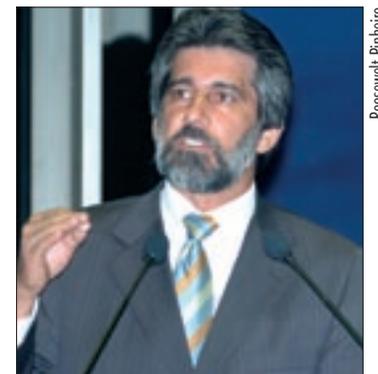
Com a intenção de aumentar a oferta de vôos domésticos no país, Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei para permitir que empresas internacionais de transporte aéreo possam prestar esse tipo de serviço no Brasil. O PLS 258/06 promove mudanças no Código Brasileiro de Aeronáutica para revogar as restrições à nacionalidade do capital das companhias aéreas.

Se a proposta for aprovada, a concessão do tráfego aéreo doméstico poderá ser autorizada a qualquer pessoa jurídica brasileira que tiver sede no país, sem limitação de percentagem do capital estrangeiro das empresas.

A iniciativa também estabelece tratamento isonômico entre empresas nacionais e estrangeiras, permitindo que essas últimas vendam passagens nos trechos domésticos de linhas internacionais.

Raupp diz que a crise da aviação nacional nos últimos anos resultou na cessação de atividades de algumas empresas tradicionais.

“O consumidor vem enfrentando redução da oferta e problemas como tarifas mais caras, filas nos aeroportos, extravio de bagagens e *overbooking*, que é a marcação



Roosevelt Pinheiro

Raupp prevê melhoria no atendimento com o aumento da concorrência

de lugares em número superior à lotação da aeronave contando com a possibilidade de desistências de última hora. A permissão para as companhias estrangeiras permitirá maior concorrência no setor e melhor atendimento do consumidor. Além disso, a oferta de assentos em vôos domésticos pode ser ampliada, aproveitando a capacidade ociosa das aeronaves, que hoje são obrigadas a percorrer longos trechos sobre o território nacional com lugares vagos”, justifica o senador.

A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator.

## Projeto pode beneficiar taxistas com a devolução de tributos

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto com a finalidade de reembolsar aos taxistas o valor correspondente à diferença a mais entre os tributos federais pagos pela gasolina e pelo diesel. A proposição (PLS 251/06) encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

“Os taxistas brasileiros estão revoltados com a flagrante perda de clientes para motoristas de táxis uruguaios, que, desrespeitando a proibição legal de operar no Brasil, atravessam a fronteira e oferecem preços mais baratos pelos seus serviços”, explica o parlamentar.

No Brasil, lembrou Zambiasi, os táxis não têm como utilizar o óleo diesel, combustível mais barato que a gasolina, o que é possível em alguns países fronteiriços. Tal proibição, na opinião do senador, prejudica os taxistas brasileiros, especialmente os de municípios da fronteira com o Uruguai.

Como não é possível autorizar os taxistas brasileiros a também operarem com diesel, disse Zambiasi, uma vez que a indústria



Moreira Mariz

Zambiasi explica que a impossibilidade de uso do diesel no Brasil gera desvantagens

automobilística brasileira não produz carros de passeio movidos a esse combustível, o senador propôs alterar o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). Ele entende que todos os taxistas devam ser reembolsados do valor correspondente à diferença da tributação federal incidente sobre a gasolina e o diesel.

O projeto prevê ainda que o Poder Executivo deve estimar e incluir o valor da renúncia tributária resultante do reembolso à categoria no demonstrativo que acompanha o projeto de lei orçamentária, conforme determinação constitucional.

## Marco Maciel elogia documento da CNBB sobre eleições no Brasil

O senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou ontem declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre o momento eleitoral. Em documento intitulado *Eleições 2006*, que, segundo o parlamentar, “interessa não somente aos católicos, mas à sociedade como um todo”, a entidade aborda “o desencanto e a decepção com a política”, mas conclama a população a não se omitir e a “buscar candidatos idôneos, com propostas sérias”.

De acordo com a CNBB, em nota divulgada na segunda-feira e que será publicada na íntegra nos Anais do Senado a pedido de Maciel, o documento “oferece propostas para um projeto de nação e para a escolha de candidatos/as, baseada em pressupostos éticos”. O senador destacou trecho em que a entidade afirma ser a ética pública ligada “não só à superação da corrupção, mas, de modo especial, à configuração das relações sociais segundo os princípios da justiça, com oportunidades de vida para todos, especialmente para os pobres”.

Em seu discurso, Maciel abordou ainda a criação dos tribunais constitucionais, um “novo poder



José Cruz

**Texto divulga informações úteis a toda a sociedade brasileira, afirma Maciel**

acrescentado à estrutura do Estado” em diversos países após a 2ª Guerra Mundial.

– São cortes especiais que procuram manter a eficácia das respectivas constituições, por meio da hermenêutica, adaptando-as às rápidas transformações das sociedades. A concepção desse “quarto poder” se baseia na constatação de que os textos constitucionais não são apenas instrumentos jurídicos, mas mecanismos políticos que mantêm viva a prática constitucional – explicou.

Maciel lembrou que o “quarto poder” do Estado, o Moderador, foi instituído no Brasil pela Constituição de 1824.

## Almeida Lima defende plebiscito sobre instalação de Constituinte

A menos de 20 dias do primeiro turno das eleições de 2006, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) lamentou que não tenha sido votado o projeto de decreto legislativo (PDS 519/05) de sua autoria que previa a realização de plebiscito, no próximo dia 1º de outubro, sobre a convocação de Assembléia Nacional Constituinte. Se o eleitorado aderisse à proposta, a escolha dos constituintes ocorreria nas eleições municipais de 2008. O trabalho de elaboração da nova Constituição federal deveria ser concluído até fevereiro de 2010, com o texto sendo submetido a referendo nacional 60 dias após sua finalização.

Ao abordar o tema, o parlamentar classificou como “golpe de Estado” a forma de convocação de constituinte proposta este ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em encontro com dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o presidente Lula teria defendido uma constituinte para realização de reforma política, desconsiderando, segundo o senador, a capacidade dos atuais congressistas de conduzirem esse processo.



Roosevelt Pinheiro

**Almeida Lima lamenta que proposta de consulta popular não tenha sido votada**

Na opinião de Almeida Lima, não cabe a nenhum dos três Poderes da República convocar uma Assembléia Nacional Constituinte para refazer a Constituição. O único segmento com legitimidade e soberania para reconstituir o Estado de Direito, conforme acrescentou, é o povo.

Almeida Lima sustenta que o PDS 519/05 busca imprimir legitimidade a esse processo. O peemedebista não acredita que o texto constitucional em vigor atenda aos anseios da população, que seja adequado à vida nacional ou que reúna instrumentos capazes de alavancar o desenvolvimento do país.

De acordo com o senador, o presidente da República faz uso da máquina pública para exaltar realizações de seu governo e criticar a gestão de Fernando Henrique Cardoso

## José Jorge registra denúncias de crime eleitoral contra Lula

O senador José Jorge (PFL-PE) registrou ontem, em pronunciamento na tribuna, novas denúncias de prática de crime eleitoral cometido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele mencionou principalmente denúncia da revista *Veja*, repercutida ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que o PT recebeu e distribuiu cartilhas que exaltam realizações do governo Lula em 2004 e criticam o governo Fernando Henrique Cardoso.

As cartilhas foram encomendadas às agências de publicidade de Duda Mendonça e de Tarso Santos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Segundo José Jorge, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que houve irregularidade na encomenda de 5 milhões de unidades da cartilha, cuja confecção custou aos cofres da União R\$ 11 milhões. Dois milhões de



Roosevelt Pinheiro

**Para José Jorge, TCU teria constatado irregularidade na produção de cartilha**

unidades não teriam comprovantes de confecção, conforme o relatório do TCU. Por essa razão, assinalou José Jorge, a auditoria do tribunal cobrou das agências de Duda e de Tarso a devolução do dinheiro gasto.

O senador também referiu-se a denúncia de utilização da Petrobras para a campanha eleitoral de Lula. Segundo afirmou, a em-

presa estatal tem repassado mais recursos destinados a doações sociais para prefeituras do Partido dos Trabalhadores. De acordo com José Jorge, o PT administra apenas 7,4% das prefeituras, mas recebe 27% desses recursos da Petrobras. As prefeituras do PSDB e do PFL, ressaltou, recebem apenas 14%.

O parlamentar citou ainda denúncia de que o presidente Lula teria ordenado repasse de recursos à Secretaria de Saúde do Estado do Piauí, para compra de ambulâncias de empresas licitadas irregularmente, entre elas a Planam. José Jorge enfatizou que o governador do Piauí é Wellington Dias, do PT, que se candidata à reeleição. Conforme observou, os recursos teriam sido repassados por meio de convênio do governo federal no período eleitoral, o que é proibido, e a operação é motivo de processo em exame pelo TCU.

## Heráclito comenta suposto acordo com o PL para liberação de emenda

Heráclito Fortes (PFL-PI) comentou, em discurso ontem, entrevista concedida por um ex-assessor do Ministério da Saúde em que este declara que houve acordo entre o Palácio do Planalto e o PL visando à liberação de emendas para beneficiar o partido.

Segundo a entrevista, publicada no dia 12 no *site* Congresso em Foco, as emendas teriam sido liberadas em troca do apoio do PL para a aprovação do Orçamento da União de 2005. O ex-assessor Christian Schneider teria dito que o Ministério da Saúde ficou encarregado de aprovar, para

cada um dos deputados federais daquele partido, “emendas ou recursos extra-orçamentários” de R\$ 500 mil.

Heráclito criticou, ao comentar a entrevista, “o grau de promiscuidade” do atual governo. O parlamentar acrescentou que, devido a casos como esse, “começa-se a entender por que homens sérios como Frei Betto e Ricardo Kotscho deixaram o Palácio do Planalto”.

No mesmo pronunciamento, o senador acusou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), de “sonegar à Receita Federal o



Roosevelt Pinheiro

**Heráclito também acusa o governador do Piauí de sonegar seu patrimônio à Receita**

seu real patrimônio”. Heráclito citou notícia segundo a qual uma chácara do governador, avaliada em mais de R\$ 300 mil, teria sido apresentada em sua declaração de bens à Justiça Eleitoral com o valor de R\$ 10 mil.

**Biblioteca Acadêmico  
Luiz Viana Filho**

Informação ao alcance de todos

Senado Federal  
Subsecretaria de Biblioteca  
e-mail: sbib@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/biblioteca  
Tel: (61) 311 3943 e 311 3944 - Fax: (61) 311 1665  
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF



Diretores das secretarias de Comunicação Social do Senado e da Câmara ressaltam importância de divulgar as atividades do Congresso com transparência

# Comunicação no serviço público é instrumento de cidadania

Os diretores de Comunicação Social do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Armando Rollemberg e William França, defenderam ontem a comunicação no serviço público brasileiro como instrumento de cidadania. Com a tecnologia digital, a capacidade de interação com a população e o crescimento da informação com transparência só vão crescer, acreditam.

Eles ministraram palestras no 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, realizado até hoje no Auditório Nereu Ramos, na Câmara. Armando, em palestra intitulada “Como dar um passo à frente na comunicação do serviço público brasileiro”, ressaltou a importância da TV Brasil Internacional, uma parceria entre a Radiobrás (do Poder Executivo), a TV Câmara, a TV Senado e a TV Justiça. Para ele, o canal dissemina a cultura brasileira e as atividades do Estado sem ser jornalismo “chapa-branca”.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado destacou também o crescimento da TV Senado, que terá sinal aberto até o final do ano em Salvador, Recife e Manaus e, em 2007, em Fortaleza e Rio de Janeiro.

A ampliação dos serviços da Rádio e do Jornal e a criação de uma página multimídia na Agência Se-



TV Brasil Internacional foi um dos destaques da fala de Armando Rollemberg

nado são os próximos passos para um salto de qualidade na produção da comunicação da Casa.

– O parlamento moderno precisa de meios de comunicação transparentes – disse.

Armando destacou ainda a ação da Universidade do Legislativo (Unilegis), que será capaz de transmitir conteúdos de alta qualidade a distância; do Data-Senado, para pesquisa e opinião; o processo de digitalização dos conteúdos da Casa; e a perspectiva de um crescimento intenso do que pode se tornar uma Rede Legislativa de TV, a partir da tecnologia digital.

O diretor de Comunicação da Câmara, William França, que discorreu sobre o tema “Reflexões sobre um novo papel para a comunicação no serviço público brasileiro”, afirmou que o objetivo da comunicação da Casa é mostrar a produção institucional e dos parlamentares, de forma transparente, direta e isenta

para o cidadão, que é o patrão e o cliente da comunicação pública.

França também frisou a produção dos veículos da Casa, da Agência Câmara – ganhadora do Prêmio Ibest – e a criação de uma TV de Cidadania, com interatividade envolvendo as TVs dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ele ainda mostrou-se favorável à criação de uma lei da comunicação eletrônica de massa e à regionalização da produção cultural e jornalística.

## Executivo

O assessor do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Armando Medeiros, listou, no painel “Como dar um passo à frente na comunicação do serviço público brasileiro”, uma série de itens que, a seu ver, são importantes para a profissionalização da comunicação pública: a criação de uma carreira de gestor em comunicação pública, a necessidade de assegurar tecnologias e equipamentos de ponta e de in-



Cidadão é o patrão e o cliente da comunicação pública, resalta William França

vestir na formação acadêmica dos profissionais de comunicação. Ele também alertou para o que considera uma estratégia equivocada: a elaboração de mídias diferentes (boletim, *site*, *release*, etc.), numa produção unilateral, sem ouvir e captar o que o público realmente precisa, sem exercer a interatividade.

Medeiros frisou a necessidade de se abrir o debate sobre a publicidade governamental. Em sua opinião, o Estado ser anunciante é complicado para a democracia. Ele afirmou também que a democracia será fortalecida com a aprovação de uma lei que garanta livre acesso à informação pública e quando houver prestação de contas por parte dos governantes à população.

## Conselho

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo, defendeu a regulamentação do trabalho dos jornalistas e a criação do Conselho

Federal de Jornalismo, a exemplo do que existe para advogados e engenheiros, entre outros profissionais. Projeto sobre a regulamentação foi vetado totalmente pelo presidente Lula e Murillo acusou a mídia de “massacrar a Fenaj”, por ter sido defensora da proposta.

Já o presidente do Capítulo Brasília da Associação Brasileira

das Agências de Comunicação (Abracom), Ronaldo Moura, defendeu mudanças para a contratação de empresas de comunicação que prestem serviços ao poder público. Ele disse ser contra as modalidades de subcontratação, que ferem o princípio da transparência e dão chance à prática de superfaturamento, e defendeu a realização de licitações específicas para a área de comunicação.

Moura destacou proposta originária de uma sub-relatoria da CPI dos Correios – que existiu entre 2005 e 2006 – para definir regras explícitas na contratação de serviços não-publicitários. Moura disse ser prática no serviço público a execução de trabalhos de assessoria de comunicação com contratos guarda-chuva de agências de publicidade, o que considera errado.

– A explicitação e a aprovação de novas regras são necessidades prementes ligadas ao interesse público – avaliou.

## Interesse público determina prioridade na cobertura, afirma diretora

Coordenadora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, Maristela Sant’Anna afirmou na palestra que proferiu ontem, no 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, que a prioridade na cobertura dos eventos ocorridos na Casa obedece ao nível de interesse público e ao alcance populacional.

– Esta é uma Casa política, em que se sofre todo tipo de pressão. Mas é preciso que se entenda que nosso trabalho não é de assessoria de imprensa – salientou, reforçando que o cliente direto é o cidadão.

Segundo a coordenadora, a pressão diminui à medida que parlamentares e outros servidores da Casa compreendem que a

divulgação das atividades proporciona maior visibilidade ao que é produzido na Câmara.

Maristela lembrou que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, defende o amadurecimento do processo democrático e considera que, para isso se concretizar, o cidadão deveria ter participação mais direta no processo legislativo. Assim, a transparência e o direito à informação estão entre os critérios determinados pela Secretaria de Comunicação a serem aplicados por todos os veículos da Câmara, de acordo com a coordenadora.

Para exemplificar, ela citou a divulgação pela TV Câmara da cena em que a deputada Angela Guadagnin (PT-SP) dançou em Plenário para comemorar a ab-

solução de colega de partido em processo disciplinar, acusado de envolvimento com o mensalão. As imagens foram cedidas aos veículos privados. Essa decisão, segundo Maristela, partiu do pressuposto de que as pessoas devem formar seu próprio juízo crítico sobre os fatos.

## Confiabilidade

Outro critério importante, na avaliação da coordenadora, é a confiabilidade da informação.

– A confiabilidade vem antes do *timing* [a rapidez da informação]. Por isso, optamos por não dar a notícia em *off* [não-oficial, de bastidores], só aquela em *on* [oficial] – detalhou a jornalista.

Ela citou o caso das “listas gentilmente cedidas” aos profissionais de imprensa com os nomes

de parlamentares supostamente envolvidos nas denúncias apuradas pelas recentes comissões parlamentares de inquérito encerradas e em andamento no Congresso. Segundo ela, só depois de apurar se determinada lista era de fato oficial, os veículos da Casa divulgavam a informação.

Maristela observou que a construção de um processo de comunicação transparente e com foco no interesse público é um trabalho de longo prazo, mas que considera irreversível. A coordenadora acredita que o “efeito dominó” dessas ações dificilmente será revertido, mesmo diante de obstáculos como o preconceito da própria imprensa ou da opinião pública de julgar a imprensa legislativa como “chapa-branca”.



Secretaria de Comunicação não faz assessoria de imprensa, diz Maristela